

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Tribuna da Imprensa (R.J.)

Class.: 79

Data: 19 de setembro de 1987

Pg.: _____

Índios denunciam racismo e invasão de terras pelo projeto Calha Norte

Juçara Braga

O projeto Calha Norte, militarização das fronteiras brasileiras na região amazônica, tem objetivos neocolonizadores, impede a demarcação das terras indígenas numa extensão de 150 km de fronteiras e pode trazer graves consequências para as populações indígenas e de trabalhadores rurais. Além disso, significa a legalização da exportação indiscriminada das riquezas minerais brasileiras. Essas denúncias estão sendo feitas por entidades representativas das comunidades indígenas e seus aliados, que apontam o Projeto Calha Norte como um retorno "ao racismo autoritário e etnocida dos expoentes da política indigenista dos anos 70".

Dos 220 mil índios que vivem hoje no Brasil, 50 mil têm suas terras na área do Projeto Calha Norte. Ocorrem ali e na região centro-oeste, os maiores conflitos pela posse da terra, "provocados pelas grandes firmas estrangeiras e nacionais e, frequentemente, com o apoio do governo local", de acordo com denúncia do Cimi - Conselho Indigenista Missionário. Para reverter esse quadro, o caminho é dos mais simples: garantir, na nova carta constitucional, os direitos básicos reivindicados pelos índios: demarcação das terras indígenas; usufruto exclusivo do solo e subsolo; respeito à autodeterminação dos povos com fim da tutela do Estado; preservação da cultura, língua e tradições indígenas.

Essa simplicidade, entretanto, não passa pelo projeto de sistematização elaborado pelo deputado Bernardo Cabral. Na avaliação do secretário executivo do Cimi, Antônio Brand, o substitutivo de Bernardo Cabral para a questão indígena chega a ser um retrocesso até mesmo em relação à legislação atual e não reflete o avanço das discussões feitas na subcomissão das minorias e na comissão da ordem social. Além de reduzir o índio à incapacidade absoluta, explicou Brand, o substitutivo retroage a 1934 no que se refere à questão das terras, pois exige a condição de "posse permanente" para que as terras sejam demarcadas. Situação difícil de se caracterizar, uma vez que as nações indígenas vêm sendo sistematicamente expulsas de suas terras em consequência de conflitos, construção de estradas e hidrelétricas.

Além de boicotar o direito à posse da terra, o projeto de Bernardo Cabral expõe o índio às pressões do capital quando considera que o subsolo, nas áreas indígenas, está aberto à mineração privada desde que tenha a aprovação do Congresso e a concorrência dos índios. Para se ter uma idéia dos interesses que se escondem por trás dessa questão, basta saber o impressionante manancial de riquezas minerais localizado apenas na área do Projeto Carajás: 18 bilhões de toneladas de manganês; 60 milhões de toneladas



Foto Jorge Reis

Eliane diz que o governo vai promover o suicídio coletivo dos índios

de níquel; 45 milhões de bauxita; 1 milhão de cobre; 37 milhões de cassiterita; 100 milhões de toneladas de ouro. O resultado da exploração dessas jazidas, lembra um documento elaborado pelo Cimi e pela CNBB, vai para fora do Brasil, para os países que dominam o grande capital.

A instalação de projetos financiados pelo capital internacional no Brasil, na verdade, extrapola os prejuízos imediatos constatados nas comunidades rurais e indígenas (dizimação, invasão, aculturação) para se remeter a um outro pólo de

destruição: a devastação irreversível de riquezas naturais cujo destino principal é a porta de saída do Brasil. No boletim "Somos Povos, Somos Nações", o Cimi denuncia:

"O genocídio de Carajás é muito mais violento do que se imagina. Suas consequências são imprevisíveis e incalculáveis tanto para os povos indígenas quanto para os trabalhadores rurais e o meio ambiente. Com a cobertura da Funai e da Companhia Vale do Rio Doce, Carajás promove uma verdadeira devastação da rica natureza ama-

zônica, destruindo a fauna, flora e, mais grave ainda, a própria população: povos indígenas e camponeses.

Na linha dos projetos autoritários, decididos restritamente no circuito fechado do poder, incluem-se desde o recente Projeto Calha Norte aos já instalados Projeto Carajás, Jari, Tucuruí, Polonoroeste e PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia). A grandiosidade desses projetos pode ser detectada na previsão de investimentos para o filho mais novo gerado à revelia do povo brasileiro: nascido em 1985, o Projeto Calha Norte está custando, por enquanto, ao país a bagatela de US\$ 45 milhões. Até agosto de 86, uma terça parte desse valor já havia sido liberada pelo governo, de acordo com um documento elaborado pelo Cimi, CNBB, CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MNDDH (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos), entre outros.

Considerado como uma das mais graves ameaças à sobrevivência dos povos indígenas (sua área de atuação atinge dez nações do sul do Pará, centro-oeste do Maranhão e norte de Goiás), o Projeto Carajás "oficializa a invasão das terras indígenas, podendo transformar os índios em mão-de-obra barata das grandes empresas nacionais e multinacionais, tudo financiado pelo Banco Mundial, com sede nos Estados Unidos, no valor de US\$ 13,6 milhões", informam entidades de defesa das nações indígenas. Na avaliação dessas entidades, "o desenvolvimento capitalista que se programou para a Amazônia Legal (parte dos estados do Pará, Maranhão e Goiás), através do Projeto Carajás, vai ser a liquidação, cultural de inúmeras e seculares nações indígenas, em nome do desenvolvimento e da segurança nacional".

Essa destruição é consequência previsível também do Projeto Calha Norte, que nasce com o mesmo pretexto de garantir a "segurança e o desenvolvimento nacional" - binômio largamente utilizado pela ditadura militar para justificar seus empreendimentos. Para a índia Eliane Potiguara, da UNI - União das Nações Indígenas -, a criação de pólos de colonização e o objetivo de redefinir a política indigenista, duas premissas contidas no Projeto Calha Norte, "vão resultar num suicídio coletivo, não tem volta, é a integração sem condições, aculturação". A marginalização, nesse caso, é a "consequência" primária observada pelo índio Macsuara Kadiwel, também da UNI, que lembra todo o processo de manipulação imposto às nações indígenas desde os primeiros contatos com a civilização branca - "quando descobriram o Brasil davam espelhos de presente, hoje dão caminhão e avião em troca do ouro e da madeira" - para concluir com amarga ironia: "De tanto jogarem o índio para cima, ele já está saindo para a Venezuela."

Mais um empecilho para a demarcação do território

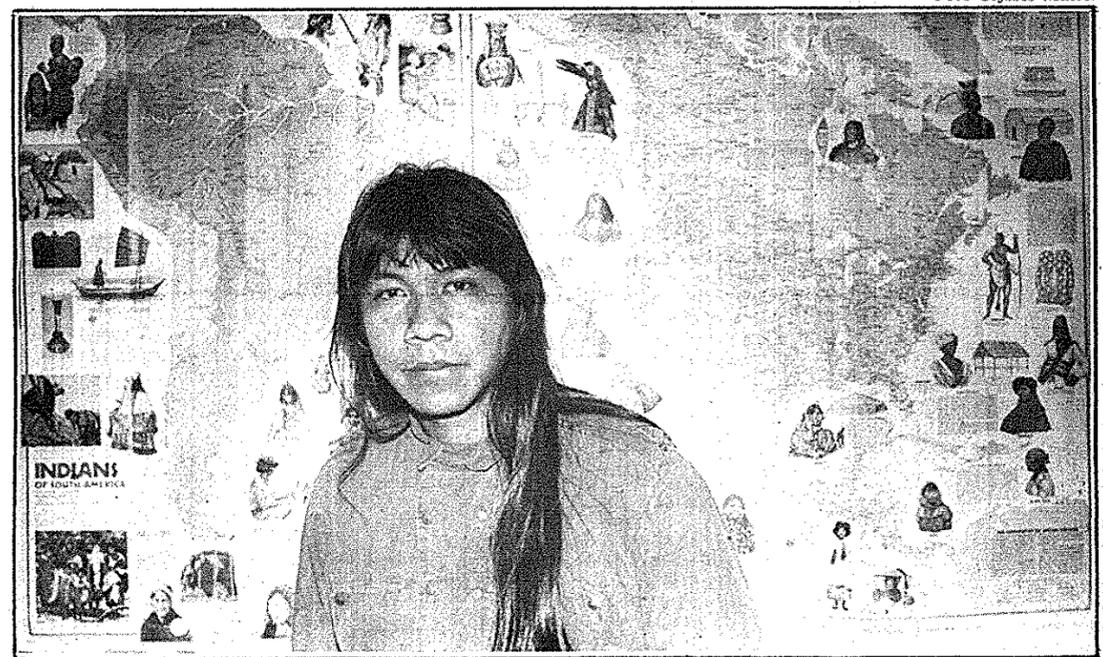
Foto Ulysses Maciel

A demarcação das terras indígenas na área do Projeto Calha Norte está paralisada há um ano. Embora não conste oficialmente do projeto o impedimento das demarcações, isso está se dando na prática, segundo informações do Cimi - Conselho Indigenista Missionário. Antônio Brand, secretário executivo da entidade, explicou que a Igreja não é contra o dever do Estado de garantir a defesa das fronteiras ou tomar medidas de combate ao narcotráfico, mas não pode entender porque esses objetivos interfiram na demarcação das terras dos índios.

A saga das populações indígenas na luta pelo respeito aos seus direitos territoriais teve a primeira resposta oficial em 1934, quando foi reconhecido na Constituição Federal o direito do índio à posse da terra. Esse reconhecimento, entretanto, longe de consagrar uma vitória, serviu apenas para mostrar que certas leis existem para serem desrespeitadas, conforme observa uma publicação conjunta do Cimi com a CNBB: "Os fatos têm comprovado que nem tudo que é lei está garantido neste país e a história dos povos indígenas no Brasil é uma história de muita violência e rubo."

De acordo com o Estatuto do Índio, criado em 1973 durante o governo Médici, todas as terras indígenas deveriam ser demarcadas até o ano de 1978. Hoje, decorridos quase dez anos do fim do prazo previsto para a demarcação, apenas 8,7% dessas terras estão homologadas (assinadas pelo presidente da República e registradas em cartório como posse de nações indígenas). Já nos anos 80, outro presidente militar voltou suas atenções para a questão. O general João Baptista Figueiredo assinou, em 1983, o Decreto 88.985 permitindo a mineração em terras indígenas. Como consequência houve um acentuado aumento da invasão de empresas mineradoras em territórios dos índios.

Outro decreto presidencial, dessa vez assinado pelo civil José Sarney, em 1986, determinava a descentralização da Funai, criando superintendências regionais. Para a



Macsuara ironiza o governo dizendo que, "de tanto jogarem o índio para cima, de já está saindo para a Venezuela"

representante da UNI - União das Nações Indígenas - Eliane Potiguara, o decreto foi mais um golpe na organização dos índios. "O objetivo foi desmobilizar o movimento dos índios em Brasília, dividir o movimento", explicou, lembrando que a Funai, órgão ligado ao Ministério do Interior, "não tem voz nem poder, por isso enrola". Uma enrolação que pode acabar mais cedo do que se imagina caso se concretizem as dívidas de Macsuara Kadiwel: "Já se fala em extinção da Funai, se fala em ligar o índio diretamente ao Exército, ao Conselho de Segurança Nacional, eles dariam assistência técnica e, em troca, explorariam as terras indígenas."

Na luta pelo respeito aos seus direitos territoriais, os índios incluem a realização de uma reforma agrária que, efetivamente, garanta aos trabalhadores rurais a posse da

terra. A indefinição da questão e, em alguns casos, a atuação do próprio governo, vêm sendo responsáveis pelo acirramento dos conflitos entre pequenos lavradores e índios. A distribuição, pelo Inera - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - de títulos de terras localizadas em território dos índios uruê-uau-uau, em 1983, provocou graves conflitos no Estado do Mato Grosso e deixou um saldo trágico. Segundo Macsuara Kadiwel, deixou um saldo trágico: 40% da comunidade uruê-uau-uau foram exterminados. O problema até hoje não foi solucionado.

A dura batalha que vem sendo travada pelos índios brasileiros na luta pela sobrevivência e preservação da identidade cultural das nações indígenas é a história de um verdadeiro genocídio. Dos oito milhões de índios que habitavam as terras nacionais à época do des-

cobrimento existem hoje apenas 220 mil. Exterminados das mais diversas formas (entre os presentes dados pelo homem branco, várias comunidades indígenas receberam roupas contaminadas com o vírus da varíola e do sarampo), os índios buscam a organização dos povos. Lideranças indígenas do Brasil participaram do Encontro de Avaliação dos 500 anos de Evangelização das Igrejas nas Américas, realizado em Quito, Equador, no ano passado. Na ocasião, representantes de 15 países da América Latina aprovaram um manifesto onde afirmam:

"Proclamamos nossa esperança de que somente a unidade na diversidade das nacionalidades indígenas da América, sobre a auto-afirmação de nossa identidade, há de nos levar, em união com outros setores oprimidos, à verdadeira autodeterminação e libertação integral de nossos povos."